

## OS DADOS E SEU SENTIDO: ALGUMAS INTERROGAÇÕES METODOLÓGICAS EM SOCIOLOGIA DO TRABALHO

Cibele Saliba Rizek\*

Trad. de Regina Martins da Matta\*\*

**RESUMO:** Este texto aponta algumas das inquietações advindas dos procedimentos de obtenção e interpretação de dados de pesquisa utilizadas na área da sociologia do trabalho. Elas nasceram de uma investigação realizada em conjunto com demais pesquisadores, sobre Trabalho e Qualificação no Complexo Químico Paulista nos anos 1995 e 1998, problematizando as dimensões de gênero e qualificação profissional.

Da forma como realizada a investigação partiu de dados quantitativos, para em seguida, buscar a compreensão das práticas e processos que configuravam cada empresa e suas transformações relativas às experiências de trabalho, escolarização, treinamento e uso das qualificações dos trabalhadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho, métodos de investigação, pesquisa quantitativa e qualitativa, sociologia do trabalho, reestruturação produtiva.

O projeto de investigação sob a minha coordenação intitulou-se Trabalho e Qualificação no Complexo Químico Paulista e tinha como principais eixos de problematização o cruzamento das dimensões de gênero, por um lado, e qualificação profissional, por outro, no interior de um processo de transformações aceleradas que se articularam, em um primeiro momento, sob o título bastante genérico de reestruturação produtiva. A pesquisa, desenvolvida entre os anos de 1995 e 1998, iniciou-se com um procedimento bastante clássico de conceituação do que seria possível compreender como uma lógica de articulação de matérias-primas entre as empresas em torno do Complexo Químico, isto é, um ramo industrial que se inicia com o refino de petróleo, passando pelos petroquímicos básicos, petroquímicos de segunda e terceira geração,

---

\* Doutora em Sociologia, Professora da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo e pesquisadora do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania.

\*\* Tradutora autônoma. Revisão de Anete Brito Leal Ivo.

plásticos, fertilizantes, indústria química e fármacos, cosméticos, perfumaria e sabões. Este tratamento permitia que a questão do cruzamento entre as dimensões do trabalho e das qualificações femininas fossem estudadas pela primeira vez em alguns setores do Complexo, que jamais tinham sido investigados.

A pesquisa teve início em 1995, com o levantamento dos dados quantitativos que permitiram mapear a divisão sexual do trabalho neste aglomerado de empresas, de modo a detectar os subsetores onde a presença do trabalho de mulheres na produção se fazia sentir de modo mais significativo. Dessa forma, elegemos como objeto de investigação os subsetores farmacêutico e de perfumaria, cosméticos e sabões. Como os dados indicaram, a presença feminina era proporcionalmente mais importante nestes setores, localizados à borda do Complexo, ainda que esta presença estivesse em transformação. Deste modo, é possível afirmar que a investigação, tal como se realizou, requereu um trabalho de diagnóstico quantitativo, que fornecia os índices, as porcentagens de trabalho feminino nos vários segmentos do Complexo. Curiosamente, os núcleos centrais (refino de petróleo e centrais de matérias-primas, principalmente) do Complexo Químico, exatamente aqueles em que a presença feminina na produção era e ainda é inexistente, já haviam sido objeto de análise, de modo que havia um conhecimento acumulado maior que permitia hipóteses mais bem-elaboradas. Nas etapas finais do Complexo Químico, pouca ou nenhuma análise anterior tinha sido realizada, o que exigiu um mapeamento da força de trabalho, seu grau de instrução e renda, composição por gênero e por idade, por meio da coleta e tratamento de bases de dados quantitativos (Relatório Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho – RAIS e Pesquisa de Emprego e Desemprego DIEESE- SEADE - Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicos).<sup>1</sup> O diagnóstico relativo à composição da força de

---

<sup>1</sup> Essas bases de dados têm origens diferentes. Os dados RAIS consistem em dados oficiais com base em questionários e fichas preenchidas pelas empresas e agregados pelo Ministério do Trabalho. Esses dados são a base de muitas pesquisas e estudos sobre o mercado de trabalho e composição da mão-de-obra por região e por setor no Brasil. Há ainda os dados censitários, produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, suas atualizações por domicílios

trabalho e de suas tendências gerais foi imprescindível para a circunscrição mais precisa dos objetos de estudo: desigualdades de gênero e reestruturação produtiva em três importantes empresas de perfumaria, cosméticos e sabões, por um lado, e em uma empresa farmacêutica, por outro.

As quatro empresas estudadas apresentavam algumas características comuns: (1) a presença do trabalho feminino; (2) o fato de serem grandes empresas, duas das quais de origem norte-americana e duas de capital de origem predominantemente europeu; (3) a presença de processos de reestruturação das formas de gestão, identificados pelas gerências e pelos trabalhadores como modernização; (4) a presença em duas delas de processos de compra e fusão recentes; (5) o fato de que três das quatro empresas mantivessem cursos regulares de primeiro e segundo graus, que deveriam compensar os importantes déficits escolares de sua mão-de-obra.

Desse modo, o processo de investigação partiu de dados quantitativos, para em seguida, buscar a compreensão das práticas e processos que configuravam cada empresa e suas transformações relativas às experiências de trabalho, escolarização, treinamento e uso das qualificações dos trabalhadores.

O uso das bases de dados quantitativos, permitiu-nos formular algumas das mais férteis hipóteses de investigação, entre as quais, a tentativa de compreender o claro processo de masculinização do emprego presente nos dados RAIS, especialmente no que se refere à indústria de cosméticos, perfumaria e sabões. Pelo trabalho de montagem de séries temporais, ficava evidente que, se em 1986 havia uma divisão em torno dos 50% entre homens e mulheres, em 1995, esta proporção se alterava em cerca de 10%, o que fazia com que as mulheres respondessem por cerca de 40% da mão-de-obra do setor. O confronto destas informações

---

nas regiões metropolitanas e os dados sobre emprego, igualmente relativos às regiões metropolitanas produzidos pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicos, em conjunto com a Fundação SEADE. Recentemente há uma polêmica entre as formas de contabilização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os dados DIEESE/SEADE, em torno do número de desempregados no Brasil que explicita o caráter socialmente construído das categorias e formas de mensuração. A diferença entre IBGE e DIEESE/SEADE chega em algumas regiões a 10%.

com as exigências crescentes de escolaridade, assim como com um decréscimo importante do número de trabalhadores em todo o complexo químico paulista no período – cerca de 50.000 trabalhadores perderam seus empregos apenas entre 1986 e 1993 – o quadro da composição da força de trabalho empregada começava a ganhar forma. O trabalho com os dados quantitativos apontava para a idéia de uma masculinização do emprego, apesar das exigências de maior escolaridade, atendidas pelo contingente feminino em maior proporção do que o contingente masculino já que, para tomar apenas o exemplo do ano de 1993, 39,9% dos homens empregados no subsetor de perfumaria e sabões tinham concluído o primeiro grau, taxa que se elevava para 46,9% no caso das mulheres trabalhadoras.

O confronto entre dados quantitativos e qualitativos, porém, nos conduziu a uma outra direção: o que constatamos no trabalho de campo no interior das empresas, por meio de observação das práticas de trabalho e entrevistas realizadas com gerentes, trabalhadores e trabalhadoras do chão de fábrica e lideranças fabris e sindicais tendeu a demonstrar que a hipótese de masculinização do emprego poderia e deveria ser relativizada quando confrontada com os dados qualitativos coletados. A reversão de algumas das expectativas formuladas nas hipóteses colocou como questão de método um conjunto de transitividades entre os dados quantitativos e qualitativos, a necessidade de refletir a respeito da natureza do que é possível apreender com estas duas dimensões e fontes, a necessidade, neste caso, absolutamente central, de complementaridade entre estes dois caminhos de pesquisa.

### **1) OS DOIS LADOS DA MOEDA: PESQUISA QUANTITATIVA E QUALITATIVA**

Uma primeira inquietação diz respeito ao fato de indagar a natureza dos dados quantitativos, bem como sua construção. Esta questão é tão mais significativa quanto mais reconhecemos a importância dos dados quantitativos, especialmente das grandes bases que mapeiam, no

caso da sociologia do trabalho, por exemplo, a composição do mercado de trabalho, assim como da mão-de-obra empregada, dotando de visibilidade a magnitude e a profundidade das transformações em curso na esfera do trabalho. Assim, por exemplo, as grandes bases de dados, como os dados RAIS apresentam possibilidades de diagnósticos interessantes e mesmo imprescindíveis, se elaboradas em termos comparativos e/ou ao longo de séries temporais, especialmente em momentos de grandes alterações econômicas e produtivas.

Entretanto, o uso desta base de dados diz respeito exclusivamente ao que entendemos por emprego formal, com carteira assinada, dotado de uma normatividade legal. Isto é, os dados RAIS retratam os trabalhadores que estão dentro das esferas contratuais e, portanto, visíveis do mercado de trabalho. Sua inserção na produção tem, assim, um caráter público. Uma das questões cruciais em momentos de reestruturação produtiva que implicou em uma diminuição importante de empregos que se revestem da forma contratual foi, para esta pesquisa assim como para outras investigações, a pergunta sobre o destino de trabalhadores e, especialmente das trabalhadoras, que foram demitidos. Algumas respostas estão em outra base de dados - a RAIS Migra - que permite detectar parte destas trajetórias, desde que, do ponto de vista do trabalhador ou da trabalhadora, um emprego formal se transforme em outro emprego formal. Eventualmente, o mesmo se pode dizer em relação a determinados tipos de trabalho autônomo que estejam revestidos de algum tipo de normatividade, como é o caso dos trabalhadores autônomos que pagam a previdência social, ainda que sua localização seja mais difícil. Note-se porém que as duas formas assinaladas não parecem ser a regra, já que grande parte dos trabalhadores egressos do mercado formal saem da esfera da contratualidade. Constata-se, nestes casos, uma desapareção curiosa e múltipla: deixam de ser captados pelos dados relativos ao emprego formal, abandonam a empresa, não pertencem mais à categoria profissional e às suas esferas de representação sindical. Reúnem-se, no melhor dos casos, em **autônomos em serviços**, como por exemplo na Pesquisa Emprego e Desemprego (PED) DIEESE-SEADE.

Esta questão, além das dificuldades mais imediatas, coloca a necessidade de apreender as categorias que aparecem nas diferentes bases de dados como construções sociais e simbólicas nem sempre mais adequadas para a apreensão das informações que procuramos. O mesmo acontece com a questão relativa ao número de trabalhadores dos setores e empresas, a partir do processo que desvincula o trabalho necessário a um processo produtivo e sua expressão em termos de emprego, compreendido nos termos de uma relação contratual. Assim, por exemplo, as trabalhadoras temporárias do setor de embalagens não são trabalhadoras da empresa (em um dos casos pesquisados), mas constituem-se, ainda que em quantidades variáveis, em trabalho necessário, o que altera frequentemente, inclusive, a composição de gênero dos resultados.

Desse modo, com base em dados relativos ao emprego formal, afirma-se que vem ocorrendo uma masculinização do emprego, o que é apenas parcialmente verdadeiro, na medida em que os dados permitem descrever somente os postos de trabalho que se revestem do vínculo formal, sem que seja possível ter acesso aos dados relativos às empresas fornecedoras de mão-de-obra temporária que, neste caso, compunham um outro contingente de trabalhadoras, em sua maioria mulheres. O que teria havido então, neste e em outros casos, apesar das insistentes negativas dos gerentes em admitir a contratação de trabalhadores temporários, não diz respeito a uma masculinização do total do contingente necessário à produção. Tratava-se, antes, de um processo de precarização do trabalho feminino em contraponto a uma masculinização do vínculo contratual e mais permanente com a empresa.

A verdade é que a questão do contingente numérico e da composição de trabalhadores se complexificou enormemente e que nem sempre é fácil detectar, a partir da empresa e dos dados quantitativos, os processos e sentidos que estão conduzindo a estas transformações, ou mesmo seus resultados. Esta questão problematiza não apenas os achados de pesquisa se as empresas são as únicas fontes de observação direta, mas a própria questão da nomeação que se faz sentir na construção das categorias que organizam as bases de dados quantitativos e as realidades que

eles enunciam. Assim, as categorias relativas ao **emprego informal** ou **autônomos em serviços** ou ainda **trabalhadores temporários** acabam por esclarecer muito pouco a respeito da condição múltipla e mutável daqueles que são contabilizados no seu interior. Esta multiplicidade que aponta para o que alguns autores denominam como uma situação de liminaridade, não é nova no Brasil.<sup>2</sup> Assim também não é possível afirmar que os setores informais e o **trabalho autônomo**, isto é, os trabalhadores que estão fora dos limites legais do contrato de trabalho e que somaram historicamente cerca de 50% do total de trabalhadores brasileiros, sejam o produto das reestruturações e transformações das últimas duas décadas. Por outro lado, esta permanência de uma grande parcela de trabalhadores fora dos marcos legais do contrato, não tem como corolário a idéia de que não hajam novas formas de precarização e vulnerabilização provocadas pelas transformações econômicas e produtivas recentes. Trata-se sobretudo do fato de que as categorias a partir das quais eles são contabilizados confundem pelo menos tanto quanto esclarecem os processos de precarização historicamente presentes assim como os de conformação contemporânea. Isto é, as grandes bases de dados quantitativos são construídas por categorias que se apresentam como **caixas-pretas**, abertas pontualmente por investigações qualitativas que acabam por esclarecer algumas das questões relativas à visibilidade e à nomeação destes contingentes de trabalhadores.

No caso de uma das empresas investigadas, por exemplo, as mulheres subcontratadas como temporárias em serviços e as questões que elas acabavam por provocar – (quantas eram, quais os vínculos reais, como se alterava seu número e seu trabalho?) – exigiriam uma estratégia que as contemplasse de outra forma, tirando-as da sombra, provocada ora por um conjunto de negativas das gerências em admitir contratação de temporários precarizados, ou pelo fato de que elas não eram **problema da empresa**, ou ainda porque progressivamente tornaram-se invisí-

---

<sup>2</sup> Ver especialmente Vera Silva Telles: 1992. Esta autora aponta como liminaridade que caracteriza a pobreza brasileira a permeabilidade entre emprego e desemprego, emprego formal e informal, enfim as situações vulneráveis e mutáveis que caracterizam a inserção da população pobre no mercado de trabalho no Brasil.

veis e isoladas não apenas em relação às gerências, como para os trabalhadores contratados. (Na empresa em questão, não havia espaços comuns entre os trabalhadores contratados e os **temporários**. Os recintos de trabalho, os acessos, os pátios eram diferentes para trabalhadores contratados e temporários, como também os direitos e garantias cabíveis apenas aos contratados. O mesmo se pode dizer a respeito das formas de representação sindical.) Além da observação direta na empresa, das entrevistas com as gerências e dos dados quantitativos, foram os trabalhadores e delegados sindicais que permitiram, ainda que em grau menor, percebê-las. Deixar um posto de trabalho no mercado formal pode significar, assim, deixar de existir, perder visibilidade, tanto nas estatísticas e bases de dados, quanto em qualquer forma de identidade e pertinência que se vincule à situação anterior. É preciso observar ainda que, diante de um visível envelhecimento dos trabalhadores do mercado formal, há um conjunto de jovens trabalhadores, dos 14 aos 20 anos que jamais foram computados nos dados relativos aos postos de trabalho do mercado formal.

Ora, se o contrato de trabalho sempre se constituiu em medida, em equivalência que se traduziu em uma reivindicação clássica de isonomia tanto no que se refere ao movimento operário e sindical, quanto no que diz respeito às reivindicações das mulheres trabalhadoras no Brasil, a erosão das formas contratuais e a multiplicação do trabalho precário e temporário pode ser colocada em termos da erosão e multiplicação de medidas, da perda de equivalências que, em outro momento, eram constituídas por um mercado de trabalho cujas formas isonômicas apontavam para a possibilidade e para a legitimidade da idéia mesma de igualdade.<sup>3</sup>

Deste modo, as próprias categorias de análise que se fincavam nas dimensões do contrato de trabalho, progressivamente erodido e pulverizado, colocam evidentes complicações para a apreensão das novas realidades dentro e fora das dimensões do emprego formal. Se, em parte estas dimensões podem ser acompanhadas pela eleição da cadeia produtiva

---

<sup>3</sup> Uma das palavras de ordem que melhor traduziam a luta por isonomia, presente nos movimentos por melhores salários, por exemplo, se expressava pela frase “trabalho igual, salário igual”, muito freqüentemente consagrada como reivindicação ou como cláusula dos acordos salariais dos anos oitenta.

(e não mais da empresa) como unidade<sup>4</sup> quando os processos de estilhaçamento das medidas e equivalências do mercado estão em curso, nossos próprios critérios de categorização e de medida precisam ser revisitados. Por outro lado, mesmo quando o contrato está presente, as formas de flexibilização e individualização dos salários por prêmios de produtividade, por exemplo, por estímulo à produção, assim como a constituição e destituição de novos **coletivos** de trabalho,<sup>5</sup> também erodiram a legitimidade da própria noção de igualdade e de medida pressuposta na forma **trabalho igual, salário igual**, o que se constitui em uma outra dimensão da mesma questão, até porque atinge diretamente as configurações e imagens de uma igualdade que, progressivamente, deixa de ser legítima, sendo substituída por critérios de eficiência e competitividade no interior dos coletivos de trabalhadores.

## 2) QUALIDADES EM CONFRONTO

Outra dimensão a ser problematizada é o conjunto de achados de pesquisa que se encontra no confronto entre entrevistas diversas entre si. A compreensão e utilização das entrevistas entre outros métodos qualitativos supõem a obtenção de resultados que não podem ser usadas como dados sem um processo de interpretação e compreensão mais elaborados. Frequentemente, o trabalho do entrevistador/pesquisador acaba por recortar as entrevistas em função de questões selecionadas que constituem trechos presentes em muitas das análises das situações, experiências e

<sup>4</sup> Ver, a este respeito, Leite e Rizek, 1998. Neste texto elaborado em conjunto a partir de dois projetos de pesquisa diversos, Márcia de Paula Leite aponta, tomando a cadeia produtiva do setor automotivo como objeto de estudo, a **exportação** de precarização a montante da cadeia produtiva, por parte das montadoras de automóveis, por meio de relações de **parceria** que induzia a um uso do trabalho feminino, por parte das indústrias de auto-peças em condições salariais e de salubridade muito abaixo dos **índices virtuosos** de garantia do emprego, salário e condições de trabalho das grandes empresas compradoras. Também é importante notar que na última ponta da cadeia – a extração de minério – foi possível detectar o uso ilegal de trabalho infantil em condições que desafiam os limites entre o estatuto do trabalho livre e o trabalho servil.

<sup>5</sup> Refiro-me, aqui, à constituição dos grupos de trabalho no interior das empresas que acabam por se constituir em algumas formas de gestão como unidades ou **minifábricas**, como também em pequenas empresas que se constituem em fornecedoras terceirizadas por externalização de custos, ou ainda, grupos de trabalhadores **autônomos em serviços** cujo trabalho temporário, mesmo que invisibilizado, é necessário para atender à sazonalidade da produção.

práticas de trabalho. Algumas dimensões dessas falas, porém, podem ser significativas e freqüentemente não nos detemos nelas, porque aparentemente, não dizem respeito ao que estamos **procurando**.

Os caminhos, as formas narrativas pelas quais a resposta dos entrevistados são elaboradas, demonstram ser, deste ponto de vista, muito esclarecedores, assim como, freqüentemente, informações e comentários a respeito das questões, ou ainda comentários que pareceriam, aos olhos de quem ouve e registra respostas, inteiramente paralelos. Entre muitos exemplos, é possível mencionar um comentário aparentemente lateral e aparentemente fortuito, já que não se atinha aos limites das questões colocadas pelo roteiro, feito por uma mulher trabalhadora de uma das indústrias de higiene pessoal a respeito da imagem de **brutalização** que recobre o que ela chamou de **mulheres da fábrica**. Essa imagem inusitada permitiu que alguns dos sentidos da qualificação formal relativa aos cursos de primeiro grau, assim como alguns dos sentidos das habilidades que vinham sendo adquiridas e mesmo da valorização do domínio maior da linguagem, fossem ganhando outros contornos e outros sentidos. A questão dizia respeito à configuração do que teria mudado a partir do processo de alfabetização que deveria se recobrir principalmente do caráter de qualificação e aquisição de competências para o trabalho. A resposta das mulheres, entretanto, descortinava um mundo privado e familiar em que o novo grau de domínio da linguagem – o saber falar, o falar direito – se configurava como contraponto à **brutalidade** da situação fabril. **Falar direito** significava, ao mesmo tempo, poder **falar** com os chefes sem medo ou constrangimento, poder se contrapor ou se defender das arbitrariedades sofridas, assim como poder ensinar os filhos e ajudá-los nas lições, ou comentar com sogras e vizinhas as cenas de novela e de programas de televisão, já que a brutalização do trabalho fabril adquiria contornos claros também (e, talvez, principalmente) no mundo privado.

Contrapunham-se assim aos sentidos e respostas esperados elementos que a equipe de pesquisa jamais poderia ter configurado previamente à investigação qualitativa. Em primeiro lugar, a idéia de que um trabalho minucioso, que requeria habilidades visivelmente adquiridas no trabalho doméstico naturalizado, era visto e qualificado pelas próprias

mulheres que o realizavam como **bruto**<sup>6</sup>. Em segundo lugar a idéia de que era importante demonstrar, no mundo familiar e privado, que estas mulheres eram capazes de uma delicadeza advinda do domínio da linguagem. Através destes comentários, aparentemente erráticos em relação aos objetivos da pesquisa, um conjunto de sentidos se configurava a respeito das imagens do feminino na fábrica e a partir dela; ganhava forma um conjunto de representações que qualificavam as mulheres trabalhadoras no mundo doméstico e familiar e que faziam eco nas representações que estas mulheres constituíam a respeito de si mesmas.

As tramas narrativas, a presença do entrevistador, a fala como fala para alguém, a construção do discurso, as imagens que ganham forma no seu interior são fontes importantes para a apreensão dos fenômenos que se quer conhecer desde que esses elementos não sejam desprezados. Tais elementos que cercam a coleta e análise qualitativa não nos oferecem assim, dados da mesma natureza das informações passíveis de tratamento quantitativo, já que devem passar por um processo de interpretação e leitura que permitam que de fato possam elucidar as situações investigadas e seus sentidos. Seu uso pressupõe, assim, uma escuta, por assim dizer, **savante**, que induza a um processo de compreensão de sentidos e de formas de representação. Importa perceber e refletir a respeito do que os informantes falam, mas também para quem e como falam, como articulam suas falas e como utilizam matrizes discursivas que dão forma e sentido a suas experiências. Mais do que apenas a escuta e a transcrição das falas (em si mesmas, interpretação), o contraponto com o trabalho de elaboração teórica é absolutamente imprescindível para que se possa detectar e nomear alguns achados de pesquisa.

---

<sup>6</sup> As tarefas e postos de trabalho femininos consistiam, especialmente nos setores em que o contingente de mulheres era sensivelmente maior, como o setor de enchimento de tubos de pastas dentais, ou mesmo nos setores modernizados tecnicamente da produção de escovas de dentes, em um trabalho taylorizado composto de tarefas rodiziadas e que exigiam observação, atenção, movimentos pequenos e precisos. É importante notar que ao lado da máquina mais moderna de encordamento das escovas de dentes, por exemplo, podia-se notar, antes e depois dos processos de modernização que a empresa denominava de *focus factory*, a presença de uma trabalhadora que regularizava com uma pequena tesoura as cerdas das escovas que apresentavam problemas. Essas minúcia, atenção e observação, conforme aponta a literatura, são adquiridas pelo trabalho doméstico e são consideradas como atributos femininos naturais pelas empresas que atribuem a estas capacidades o caráter de um trabalho simples e desqualificado.

Assim, para além dos números, quando o processo de pesquisa chegou, por exemplo, às significações e usos dos conteúdos de treinamento e educação formal, as dimensões da vida fora das fábricas e, especialmente no que se refere às mulheres, as dimensões familiares, ganharam uma densidade considerável, que ressignificava os novos conteúdos adquiridos.

Também é importante salientar que a diversidade no interior das enunciações se completa a partir da diversidade de informantes (gerentes, chefias, trabalhadores, lideranças sindicais, delegados sindicais, etc.), a partir dos quais é possível perceber a diversidade de sentidos, descrições e julgamentos a respeito dos processos em curso: treinamentos, escolarização, novas formas de gestão, alterações da composição dos coletivos de trabalhadores, entre outros. As falas em confronto, o que apontam e sobre o que silenciam ao descreverem o que aparentemente se apresenta aos olhos dos pesquisadores como ‘a mesma empresa’, a ‘mesma seção’, podem permitir detectar conflitos entre mundos sensíveis diversos entre si, entre formas de percepção e nomeação, entre significações diversas. Frequentemente, este contraponto entre diversas formas de enunciar e de descrever o mundo permite a apreensão do que é possível pensar como **dissenso** onde aparentemente encontramos apenas as imagens do consenso ou das formas de consentimento em relação ao conteúdo do trabalho, à atuação das gerências, às formas de organização da produção, ou mesmo, às diferenças e desigualdades de gênero.

A diversidade foi, então, uma fonte importante para que fosse possível perceber conflitos e contrapontos sem os quais podemos perder algumas das dimensões mais interessantes da investigação. A construção dos processos de investigação e a construção das formas de análise das significações dos dados quantitativos e qualitativos requer assim do conjunto dos pesquisadores, filtros e sensibilidades diversas entre si, como também horizontes teóricos e metodológicos que se interroguem em relação às linguagens e ao seu vínculo com as práticas. A escuta, os usos das palavras e do silêncio, deste ponto de vista, podem oferecer pistas, índices, sentidos, sem os quais as realidades do trabalho são frequentemente empobrecidas.

### 3) SUBJETIVIDADE E OBJETIVIDADE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

É freqüente encontrarmos nas análises da sociologia do trabalho no Brasil, principalmente a partir dos anos oitenta, afirmações, hipóteses e relações que dizem respeito às dimensões subjetivas dos trabalhadores e sua importância para a compreensão de suas formas de consentimento ativo e passivo, para as novas formas de trabalho e de gestão, para o trabalho em grupos, etc.

Deste ponto de vista, as abordagens do trabalho que se desenvolveram com ênfase nas dimensões subjetivas acabaram se desdobrando em questões relativas às formas pelas quais os trabalhadores que fazem parte dos núcleos de emprego formal se encontram no ponto de cruzamento entre a lógica de uma guerra competitiva entre as empresas (tanto no setor de cosméticos e higiene pessoal, quanto no que se refere ao setor farmacêutico) e seus desdobramentos subjetivos. Assim, as noções e achados de pesquisa relativos às formas de consentimento que se constituem em eixos importantes de análise, vistas de outro ângulo, isto é, a partir do cruzamento entre elementos objetivos e disposições subjetivas, permitem que se apreenda de fato, um conjunto de disposições e aspectos qualificados como subjetivos que estão atravessados por um mercado de trabalho que se multifacetou, além de ter expulsado, apenas no que se refere ao Complexo Químico paulista, em cerca de sete anos, 50.000 trabalhadores das esferas contratuais. Tais **disposições subjetivas** traduzem crescentemente consensos entre gerências e trabalhadores, formas de consentimento em relação ao emprego e aos novos conteúdos e novas formas de intensificação do trabalho, produzidos pela internalização e **colonização**, por critérios de eficiência e competitividade (entre as empresas, entre os grupos de trabalho e entre os próprios trabalhadores), das formas de representação, das linguagens e dos modos pelos quais os trabalhadores e trabalhadoras percebem a si mesmos. Na verdade, constituem-se novos horizontes de expectativa, a partir do fato de que a própria continuidade da inclusão na esfera do contrato está ameaçada por

uma gestão da produção que se justifica e se legitima a partir de critérios de seleção que se tornam cada vez mais exigentes e excludentes.

Deste ponto de vista, as informações do trabalho de pesquisa a respeito do que se denomina e se consagra como **subjetividade** ou como **disposições subjetivas** dos trabalhadores e trabalhadoras, especialmente quando enfatizam a formação de consensos e formas de consentimento, pode esconder ou obscurecer os processos objetivos que se instalam a partir do imperativo, revestido de graus crescentes de legitimidade, do mercado e da competição, tal como é possível perceber nas estratégias mercadológicas que são transportadas para a gestão da produção, expandindo-se a partir da competição externa entre as empresas, para o interior de cada empresa.<sup>7</sup>

Ao lado destas dimensões, um outro elemento constituinte destas **subjetividades** se coloca em cena: a progressiva substituição de critérios universalizantes de direitos sociais, vinculados a um Estado do Bem Estar que nunca se concluiu no Brasil, por critérios de seguridade crescentemente vinculados a um *workfare* que vem se constituindo como única garantia contra uma vida crescentemente vulnerável e aleatória, no limite entre emprego e desemprego, entre assalariamento e informalidade, entre **benefícios** – tais como transporte, saúde e educação – e sua ausência.

Este conjunto de considerações permite que se tenha em pauta a necessidade de retematizar as possibilidades de conflito e seu deslocamento no centro de análises que crescentemente priorizam as formas de consenso e de consentimento. Em um momento de fortes transformações na dinâmica das relações entre as empresas e os trabalhadores, marcado por uma guinada defensiva em relação ao emprego e por uma forte pressão individualizante destas relações, procurar fronteiras entre consenso e conflito parece ser crucial para que as análises do trabalho não

---

<sup>7</sup> Em uma observação das novas práticas de trabalho de uma indústria farmacêutica uma frase de uma trabalhadora marca os parâmetros de aceitação dos novos programas de modernização e de reorganização da produção. Esta trabalhadora afirmava: *O eu não existe mais. O que conta agora é o grupo de trabalho*. Esta postura que repetia e enfatizava o discurso gerencial sobre a excelência e a virtude do trabalho em grupos foi, para esta investigação, exemplar de algumas das novas **disposições subjetivas** de trabalhadores que permanecem incluídos nas esferas contratuais.

percam seus horizontes críticos, retratando a realidade apenas pelo que é mais imediatamente observável. Entretanto, tornar observáveis e visíveis as fronteiras entre conflito e consentimento, assim como as dimensões que atravessam e permeiam o interior e o exterior do mercado formal de trabalho parecem exigir novos esforços teóricos e metodológicos para além de uma classificação que mapeie os fenômenos objetivos e subjetivos. Deste ponto de vista, ao que tudo parece indicar, algumas das investigações a respeito do trabalho, escapam das esferas subjetivas dos trabalhadores, na medida em que se localizam nas dimensões de uma generalização e legitimação da competição e da guerra mercadológica que tendem a parametrizar as relações entre empresas, as relações entre gerências e trabalhadores e as relações internas aos coletivos fabris.

Este âmbito constitui os eixos de reflexão e apreensão sociológica das novas dimensões do trabalho em suas relações com as empresas. A partir do uso das formas qualitativas de pesquisa, da escuta e da análise de falas, talvez seja possível apreender diversidades e formas cada vez menos visíveis de conflito que dê conta das múltiplas desigualdades que constituem as situações de trabalho, assim como das disparidades crescentes entre o trabalho que permanece nas esferas legais e normativas do contrato e das múltiplas formas de trabalho precarizado, também nem sempre visíveis quando a pesquisa e a análise recaem nas formas do trabalho parametrizadas pelo contrato.

Os dilemas e desafios colocados para a pesquisa em sociologia do trabalho parecem assim se enraizar na questão de tornar visíveis os processos que saem do âmbito dos discursos empresariais e gerenciais, de tornar observáveis processos cuja nomeação e localização empírica vêm se tornando cada vez mais difícil. Parte das dificuldades parece resultar de uma multiplicação de sentidos que confunde algumas categorias como, por exemplo, os processos de terceirização, ou ainda os **setores informais** compostos por trabalhadores temporários, sem registro, autônomos, precarizados, etc. Outros elementos advêm do fato de que utilizamos categorias operacionais e conceitos debitários de uma ordem sala-

rial recoberta por formas contratuais para entender realidades que crescentemente escapam destas mesmas formas.

Colocar em questão os novos fenômenos do mundo do trabalho e dar conta de nomear e analisar suas novas realidades depende da preservação e ampliação de um esforço crítico sem o qual os sociólogos do trabalho correm o risco de ser capturados pelos discursos e práticas gerenciais de um lado, ou pelos estudos parciais a respeito do trabalho nos **setores informais** de outro. Talvez seja crescentemente necessário considerar que há importantes interfaces entre os setores que permanecem na esfera do contrato e os que se encontram fora dele, ainda que sua mensuração, categorização e análise não possam ser realizadas do mesmo modo, tampouco mensurados pelos mesmos critérios.

#### **4) PENSANDO RECIPROCIDADES E SUA LÓGICA. ENTRE AS DIMENSÕES PÚBLICAS E AS DIMENSÕES PRIVADAS, CONTRATO E FAVOR**

Esta questão relativa às formas das relações de trabalho em suas dimensões públicas e privadas diz respeito à concepção da esfera pública como espaço de visibilidade, ação e palavra, no contexto da obra de Habermas e de modo mais lateral de H. Arendt. Elas se constituem para esta reflexão a partir de um longo processo de coleta de dados por meio de entrevistas com mulheres das indústrias do setor de cosméticos, higiene pessoal e sabões, investigadas.<sup>8</sup> Trata-se de tematizar mais uma vez no interior dessa investigação, de um lado, o que a literatura já discutiu suficientemente a respeito do uso do trabalho feminino: a naturalização de habilidades constituídas pelo trabalho doméstico. Por outro lado, essas mulheres trabalhadoras, submetidas freqüentemente aos processos de transformação e modernização nas formas de gestão, acabavam por enfatizar ainda mais o caráter doméstico do trabalho no interior das empresas, configurado pelas imagens de tarefas **cercadas de afeto, limpeza e cuidado**.

Se, num momento anterior, essas dimensões consideradas como familiares e femininas, eram consideradas pelas próprias trabalhadoras

---

<sup>8</sup> Ver C. S. Rizek e L. Mello e Silva, *Love and Care*, texto apresentado à BRASA. Washington, 1997.

como atitudes que buscavam compensar os déficits de qualificação e escolaridade formais, em um segundo momento, a partir dos processos de introdução do que as gerências entendiam como trabalho em grupo ou células de produção, essa atitude passa a ser dotada de positividade, sendo qualificada como **envolvimento**, como **atitude positiva** em relação aos processos de modernização.

Outra dimensão do caráter crescentemente **familiar** dos vínculos com a empresa advinha do fato de que os benefícios recebidos pelos trabalhadores vinham sendo crescentemente percebidos e legitimados como **favor**, como privilégio, como diferença que conta e que é preciso se esforçar para manter. Mais do que envolvimento, a contrapartida legítima desses benefícios/favores/privilégios acabava por se configurar como um comportamento cordialmente **feminino**, marcado por uma docilidade que se conforma e se reduz a uma subalternidade reafirmada.

Essas posturas, pelo menos no que se refere às mulheres de uma das empresas, só eram quebradas quando o que entrava diretamente em discussão era a desigualdade de postos de trabalho enriquecidos tecnicamente que se masculinizaram a olhos vistos. É importante frisar a este respeito que as mulheres se saíam muito bem nos treinamentos que preparavam para os novos postos de trabalho, dotados por novos conteúdos técnicos. Mesmo assim, na grande maioria das vezes, os trabalhadores ocupavam os postos de operadores e as mulheres o de auxiliares de operação. As razões deste processo de masculinização dos novos postos de trabalho também não puderam ser detectadas, já que não se explicavam à luz de uma desigualdade na formação escolar ou técnica.

De qualquer modo, nas falas das mulheres, a imagem das empresas, as dimensões relativas aos benefícios e seus diferenciais, as garantias salariais apareciam configuradas como vantagens e favores que era preciso retribuir. Tal retribuição, entretanto, que aparecia como docilização, também se conformava em termos domésticos ou quase domésticos, como que a partir do registro conhecido que se transpunha para as dimensões de uma relação contratual e pública que talvez não chegue a se

conformar plenamente no solo real das representações a respeito do trabalho. Essa configuração porém, adquire seu sentido não apenas pelas dimensões de gênero, mas por seu cruzamento com condições e formas de um contrato que, talvez, nunca tenha se completado no Brasil.

Deste ponto de vista, ao lado da precarização do trabalho feminino, a modernização do processo de gestão acabava por reforçar relações de trabalho que retomavam ou reforçavam seu caráter doméstico e familiar, cruzando as **novas atitudes de envolvimento** com as velhas práticas sexistas de subordinação e docilização, demarcando lugares e posições diferenciais, conferindo ao trabalho feminino o caráter subalterno que demarcava o **lugar das mulheres** na forma de organização da produção.

Estas considerações indicam que mais do que conceitos, as dimensões que constituem as esferas públicas e privadas podem se constituir em um guia de leitura que tensiona e enriquece nossos objetos de estudo, iluminando as relações entre estas duas esferas da vida social. A partir do uso destes conceitos como horizontes críticos é possível ainda problematizar o caráter supostamente **virtuoso** dos processos de modernização da produção, já que no seu interior é possível perceber a manutenção e a reprodução das formas arcaicas do favor, da docilidade e da cordialidade que classicamente se configuraram no Brasil como o avesso das possibilidades de igualdade, da medida e da equivalência pressupostas nas formas contratuais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORZEIX, Anni  
1997 Como observar a interpretação. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo. Trabalho e sociedade: desafios teóricos*, [s.l.] v. 3, n. 5.
- BOUTET, Josiane  
1995 *Paroles au travail*. Paris. L'Harmattan.
- CASTRO, Nadya Araujo, COMIN, Álvaro A.  
1998 A alquimia organizacional e a construção do consentimento. *Tempo Social*. São Paulo, v. 10, n. 2, out.

- CASTRO, Nadya Araujo, COMIN, Álvaro A.  
1997 Reestruturação produtiva, novas institucionalidades e negociação da produtividade. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 1, n. 1, jan./mar.
- CASTRO, Nadya A., GUIMARÃES, Antônio Sérgio A.  
Competitividade, tecnologia e organização do trabalho: a petroquímica brasileira nos anos 90. In: LEITE, M. de Paula, SILVA, R. A. (Orgs.) **Modernização tecnológica, relações de trabalho e práticas de resistência**, São Paulo, Iglu/ILDES/ Labor.
- LEITE, Marcia de Paula, RIZEK, Cibele Saliba  
1997 Cadenas, Complejos y Calificaciones. Estudio de casos en Brasil (co-autoria com Márcia de Paula Leite). In: NOVICK, Marta, GALLART, Maria A. (Coord). **Competitividad, redes productivas y competencias laborales**. Buenos Aires: OIT/CINTEFOR, Red Latinoamericana Educación y trabajo.
- LEITE, Marcia de Paula, RIZEK, Cibele Saliba  
1997 Reestruturação produtiva e qualificação (co-autoria com Márcia de Paula Leite). **Educação e Sociedade**. Campinas (SP), abr.
- LOPES, José Sérgio Leite  
1997 Subjetividade e linguagem do trabalho. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo – Trabalho e sociedade: desafios teóricos**, [s.l.], v. 3, n. 5.
- RIZEK, Cibele Saliba, LEITE, Márcia de Paula  
s/d Dimensões e representações do trabalho fabril feminino. In: ABRAMO, Laís, ABREU, Alice Rangel de Paiva (Org). **Gênero e trabalho na sociologia Latino Americana**. São Paulo : Associação Latino-Americana de Sociologia do Trabalho/ Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo.
- RIZEK, Cibele Saliba  
1994 **O trabalho e suas metáforas**: as representações simbólicas dos trabalhadores petroquímicos paulistas. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.
- RIZEK, Cibele S., MELLO, Leonardo  
1997 **Love and care**. In: SEMINNAIRE DE BRASA. Washington D. C. (mimeo)
- SILVA TELLES, Vera  
1992 **A cidadania inexistente**. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.